

A BOA-NOVA QUE TUDO RENOVA

Um olhar a partir de Jesus

“Quem é que dizem que eu sou” (Mc 8,27-30)

José Raimundo Oliva*

Resumo

O presente artigo versa sobre a simbolização da resistência política presente em Ap 17,1-18. Nesse sentido, busca-se analisar as relações entre o conjunto de símbolos utilizados no texto e a resistência política das comunidades cristãs diante da opressão do Império Romano no alvorecer do cristianismo. A partir de uma metodologia de natureza bibliográfica, o presente trabalho fomenta uma reflexão crítica entre o texto e o contexto do Apocalipse enquanto literatura engajada diante da oposição a condições opressoras às quais muitas comunidades cristãs estavam submetidas. Está dividido em duas partes: o Apocalipse em seu contexto sociopolítico e análise hermenêutica de Ap 17,1-18 a partir do uso de símbolos no texto em questão como resistência política.

Palavras-chave: Apocalipse. Símbolos. Império Romano. Resistência sociorreligiosa.

Abstract

The present article discusses the symbolic political resistance in Apocalypse 17,1-18. In this sense, we aim to analyse the relationship between the set of symbols used in the text and the political resistance of the Christian communities when faced with the oppression of the Roman Empire at the dawn of Christianity. Via a methodology of bibliographic nature, the present work encourages a critical reflection between the text and the context of Apocalypse as political literature against the opposition from oppressive conditions to which several Christian communities were submitted to. The article is divided into two parts: the Apocalypse in the socio-political con-

* Teólogo, bibliista, assessor do CEBI – PE. E-mail: jraimundooliva@hotmail.com

text and the hermeneutic analysis of Ap 17,1-18 from the use of symbols in the text in question as political resistance.

Keywords: *Apocalypse. Symbols, Roman Empire. Social-religious Resistance.*

O ano de 2013 foi marcado pelo grande evento de repercussão mundial, a Jornada Mundial da Juventude, acontecida no Rio de Janeiro. Associados à escolha do tema deste evento, foram, também, escolhidos os temas da CF 2013, “Fraternidade e Juventude”, e do mês da Bíblia, outubro, “Juventude e Missão”. Juventude inspira renovação, e a presença do Papa Francisco Bergoglio, que tem sido um testemunho de renovação da Igreja, foi muito oportuna. Em suas falas Francisco estimulou a juventude a se empenhar a fundo no processo de renovação da sociedade.

Nesta perspectiva de renovação, na América Latina, a Teologia da Libertação, que já se esboça na década de 50, ganha grande impulso com a contribuição de Gustavo Gutiérrez, a partir da década de 70, e conta com a preciosa colaboração de José Comblin, com sua participação na pastoral popular no Brasil e no Chile. No espírito da Teologia da Libertação, Comblin se empenha em superar a tradicional teologia que favorece uma “igreja imperial”, onde prevalece a instituição e o poder, tendo em vista uma teologia que reconhece e valoriza a presença de Deus entre os pobres e excluídos, a serviço dos quais deve estar a Igreja. Enquanto que a “igreja imperial” tem como referência o Cristo, ressuscitado, glorioso e poderoso, que vem julgar os vivos e os mortos, o discipulado de Jesus tem como referência Jesus de Nazaré, filho de Maria, presença histórica, concreta, de Deus no mundo, entre os pequeninos, pobres e excluídos, testemunha da nova sociedade, com seu amor sem limites, seduzindo e transformando os corações.

A tradição da Igreja foi marcada por uma teologia inspirada na imagem do Deus todo-poderoso, o “terror de Isaac” (Gn 31,42.53), que no Antigo Testamento é denominado “Deus dos Exércitos”, que introduz o “povo eleito” na terra prometida, exterminando os povos que aí viviam. Esta teologia se inspira também em Davi, rei modelar de Israel, que é um eleito da divindade, guerreiro e conquistador, e sua descendência dinástica gozará da filiação divina (2Sm 7,13-16), passando a ter caráter messiânico.

Quem é Jesus para você?

É uma boa pergunta, como orientação a fim de que seja acolhida com alegria a boa-nova de Jesus. Foi assim que Jesus interrogou seus discípulos, a fim de esclarecê-los sobre sua missão, conforme nos narra o evangelho de Marcos: “Quem dizem os homens que eu sou?... E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mc 8,27-30; Lc 9,18-21; Mt 16,13-20).

Aqui julgamos oportuno fazer uma pequena reflexão sobre os textos dos evangelhos. Os evangelistas, ao elaborarem seus textos, exprimem suas interpretações sobre o personagem histórico, Jesus de Nazaré. Estes evangelistas recorrem a memórias de Jesus, presentes nas comunidades primitivas de seu tempo, as quais já sofriam a influência da tradição cristológica paulina, e as apresentam a partir de interpretações pessoais, tendo em vista instruir as comunidades para as quais escrevem. Estes textos tardiamente também vão sofrer interpolações pela Igreja nascente nos primeiros séculos, em vista de esclarecer ou completar, conforme suas convicções e doutrinas.

Nestes textos acima, relativos à pergunta de Jesus aos discípulos sobre sua identidade, nos evangelhos de Marcos e Lucas Jesus repreende severamente Pedro quando ele responde: “Tu és o Cristo”. Já no evangelho de Mateus, depois desta resposta de Pedro, Jesus declara: “Bem-aventurado és tu, Pedro, porque não foi a carne ou sangue que te revelaram isso, e sim o meu Pai que está no céu... Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela...” (Mt 16,16-19). Curiosamente, em seguida, quando Jesus fala sobre os sofrimentos que presente que sofrerá em Jerusalém, para onde pretende se dirigir, Pedro o repreende, e então Jesus lhe declara: “Afasta-te de mim, Satanás! Tu me serves de pedra de tropeço, porque não pensas as coisas de Deus, mas as dos homens” (Mt 16,21-23). Fica, assim, removido todo o elogio feito anteriormente: Pedro como pedra fundamento da Igreja, agora é pedra de tropeço... as portas do Inferno não prevalecerão contra a Igreja, agora Pedro é satanás... Pedro teve a revelação, não da carne ou sangue, mas do Pai que está no céu, agora Pedro não pensa as coisas de Deus, mas as dos homens... Percebe-se, na “confissão de fé” de Pedro, seguida do elogio de Jesus, uma interpolação eclesiológica tardia.

Outro exemplo de interpolações, feitas nos evangelhos, temos no texto final do evangelho de Marcos, no capítulo 16, versículos 9 a 20. Este texto é também uma inserção tardia, tendo em vista apresentar as aparições de Jesus ressuscitado, que estavam ausentes no evangelho de Marcos, o qual terminava com as mulheres que, encontrando o túmulo de Jesus vazio, fogem com medo e não dizem nada a ninguém. Esta inserção é uma compilação das narrativas de aparições colhidas nos outros três evangelhos.

Podemos constatar, ainda, alguns desencontros entre os evangelhos, e, também, em relação a Atos dos Apóstolos. Nos evangelhos de Marcos e Mateus os discípulos são enviados para um encontro com o ressuscitado na Galileia (Mc 14,28; 16,7; Mt 28,7.10), e no evangelho de Mateus (28,16-20) Jesus despede-se dos discípulos em um monte desta região. Contudo, no evangelho de Lucas, ao contrário, o próprio ressuscitado ordena aos discípulos: “Permaneçam em Jerusalém até serdes revestidos da força do Alto (Pentecostes)”, e, levando os discípulos até Betânia, perto de Jerusalém, é elevado ao céu (Lc 24,49-50). E, também, enquanto no evangelho de João o Espírito Santo é comunicado com um sopro de

Jesus sobre os discípulos, por ocasião da aparição do ressuscitado no mesmo dia da ressurreição (Jo 20,22), em Atos dos Apóstolos Jesus permanece instruindo os discípulos durante quarenta dias (At 1,3), depois do que é elevado aos céus; e dez dias depois, na festa judaica de Pentecostes, o Espírito Santo é comunicado aos discípulos de maneira espantosa, como línguas de fogo (At 2,1-4).

Tais desencontros refletem a diversidade das tradições das comunidades primitivas, bem como das interpretações teológicas de cada evangelista sobre Jesus e, também, as interferências eclesiais tardias.

Jesus, para você, é um glorioso e poderoso ressuscitado, ou é um humilde homem da Galileia?

Nos textos do Novo Testamento está presente uma tensão entre Jesus de Nazaré e o Cristo glorioso. Um é o enfoque sobre Jesus, nascido de Maria, que viveu em Nazaré, na Galileia. Outro é o Cristo, Jesus ressuscitado, glorioso e poderoso, que subiu aos céus e está sentado à direita do Pai (Lc 22,69; Ef 1,20). Estes dois enfoques se entrelaçam nos textos do Novo Testamento, por razões várias, porém podem ser distinguidos e separados. O anúncio paulino, particularmente, tem como eixo central a morte e ressurreição de Cristo. A tradição cristã mantém a dicotomia contraditória entre Jesus de Nazaré, da Galileia, humano, humilde, e histórico, convivendo com as multidões, e o Cristo pós-pascal, poderoso, glorioso, celestial, sentado à direita do Pai, descrito segundo as memórias e tradições das comunidades de convertidos do judaísmo, vinculadas a Jerusalém com seu Templo.

“Cristo” (estrangeirismo grego, de *christos*), ou “messias” (estrangeirismo hebraico, de *mashiah*) tem o mesmo significado: “ungido”. É um título, atribuído, principalmente, aos reis de Israel, ungidos, particularmente da dinastia davídica. O cerne político do judaísmo era o messianismo. Era uma herança da ideologia davídica de poder. Esta ideologia emanava do centro de poder religioso e político da Judeia e impregnava a mente do povo humilde e submisso. A expectativa era a de um novo Davi, rei, “ungido”, o “cristo”, que restauraria o território de Israel, a sua glória, e o poder hegemônico sobre o mundo, sob o controle da casta religioso-econômica sediada no Templo de Jerusalém. A “cristo” associam-se três características: a realeza e a filiação divina da dinastia davídica, e o sacrifício (modelo abraâmico, templário, e pascal, do Antigo Testamento).

Paulo atribuirá o título de realeza davídica, “cristo” = “messias” = “ungido”, a Jesus crucificado e ressuscitado. O ressuscitado, Cristo, é um novo Davi, assentado no trono celestial. Em Atos dos Apóstolos fica registrado que Paulo empenhava-se em provar que “Jesus é o Cristo” (At 9,22; 18,5). Nas suas cartas, as consensualmente consideradas autênticas pela crítica, Paulo, em 201 referências a Jesus, usa simplesmente “Jesus” apenas 7 vezes, enquanto que “Jesus Cristo” será usado 43 vezes, “Cristo Jesus” será usado 48 vezes, e apenas “Cristo”,

103 vezes. A palavra “cristo”, de título passou a ser nome próprio de Jesus. Esta realeza cristológica é bem demarcada na Igreja Católica com a festa de “Cristo Rei”, expressão esta na qual se encontra um pleonasma, pois ao título “cristo”, próprio da tradição do judaísmo, é inerente o caráter da realeza.

Conforme Atos dos Apóstolos, o movimento de Jesus era conhecido como “seita dos nazarenos (At 24,5) ou como “o caminho” (At 9,1s; 18,25s; 19,9.23; 22,4; 24,14.22). Contudo, tendo Barnabé partido para Tarso, à procura de Paulo, de lá, “encontrando-o, conduziu-o a Antioquia. Durante um ano inteiro conviveram na Igreja e ensinaram numerosa multidão. E foi em Antioquia que, pela primeira vez, os discípulos foram chamados de ‘cristãos’” (At 11,25s). Percebe-se assim a profunda influência paulina, com sua cristologia, nas comunidades primitivas. Paulo descarta o conhecimento de Jesus humano, histórico, para ater-se apenas ao Cristo crucificado e ressuscitado: “Porque decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado” (1Cor 2,2); “Assim que, nós, daqui por diante, a ninguém conhecemos segundo a carne; e, se antes conhecemos Cristo segundo a carne, já agora não o conhecemos deste modo” (2Cor 5,16).

Em At 1,21-22, Pedro apresenta o critério a ser observado na escolha daquele que passará a integrar o colégio dos apóstolos, ocupando a vaga deixada por Judas: “É necessário, pois, que, dos homens que nos acompanharam todo o tempo que o Senhor Jesus andou entre nós, começando no batismo de João, até o dia em que dentre nós foi arrebatado, um destes se torne, conosco, testemunha da sua ressurreição”. O anúncio apostólico da ressurreição está intimamente ligado ao anúncio detalhado da trajetória histórica de Jesus encarnado, corpóreo, neste mundo, o que falta no anúncio de Paulo. Contudo, Paulo insiste em afirmar seu caráter de “apóstolo”. Em suas cartas Paulo menciona visões e revelações que teve (1Cor 9,1; 2Cor 12,1-7; Gl 1,11; 2,2). E, ainda, se vangloria de ter recebido seu apostolado diretamente do ressuscitado: “Paulo, apóstolo, não da parte dos homens, nem por intermédio de um homem, mas por Jesus Cristo e Deus Pai que o ressuscitou dentre os mortos... Com efeito, eu vos faço saber, irmão, que o evangelho¹ por mim anunciado não é segundo o homem, pois eu não o recebi nem aprendi de algum homem, mas por revelação de Jesus Cristo” (Cristo não é um “homem”, mas o “ressuscitado”...) (Gl 1,1.11s); “Paulo chamado a ser apóstolo de Cristo Jesus por vontade de Deus...” (1Cor 1,1; 2Cor 1,1); “Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, escolhido para anunciar o evangelho de Deus...” (Rm 1,1). Com este chamado direto pelo “ressuscitado”, Paulo se atribui um caráter apostólico superior ao daqueles que conviveram com Jesus: “Não sou apóstolo? Não vi Jesus, nosso senhor?” (1Cor 9,1). Com toda esta autoexaltação, Paulo passou para a tradição cristã como “superapóstolo”.

1. A palavra “evangelho”, extraída da cultura romana contemporânea a Paulo, onde significava o anúncio das novidades concernentes aos imperadores, foi adotada em suas cartas para anunciar o Cristo morto e ressuscitado e, tardiamente foi assumida pela Igreja ao canonizar os textos relativos à vida de Jesus de Nazaré.

Para Paulo, tudo é feito em benefício dos israelitas: “Quisera eu mesmo ser anátema, separado de Cristo, em favor de meus irmãos e meus parentes, segundo a carne, que são israelitas, aos quais pertencem a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto, as promessas, aos quais pertencem os patriarcas, e dos quais descende o Cristo, segundo a carne, que é acima de tudo, Deus bendito pelos séculos!” (Rm 9,3-5). Em Rm 11,16-24 se evidencia que o apostolado aos gentios é feito para que gozem destes benefícios, se enxertados na “oliveira santa”, que é Israel, com a fé abraâmica. Ele prega aos gentios na esperança de provocar o ciúme de seus irmãos israelitas e de salvar alguns deles (Rm 11,13-15).

A dimensão sacrificial da tradição do Antigo Testamento, que já tem um antecedente na obediência cega de Abraão, disposto a sacrificar seu próprio filho único, está manifesta na teologia paulina. Jesus, por sua obediência até a morte, mereceu a ressurreição, com a filiação divina e a glória da realeza celeste: “Cristo Jesus... estabelecido Filho de Deus, com poder, por sua ressurreição dos mortos...” (Rm 1,3s); “todos os que creem... são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue...” (Rm 3,25); “Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós..., então, agora, justificados por seu sangue seremos salvos da ira...” (Rm 5,8-10); “apresentando-se como simples homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz! Por isso, Deus o exaltou grandemente, e lhe deu o Nome que está acima de qualquer outro nome, para que, ao nome de Jesus, se dobre todo joelho no céu, na terra e sob a terra e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fl 2,8-11). Na ótica desta teologia sacrificial, a cruz, que é instrumento de opressão, tortura e morte, passa a ser louvada como instrumento de salvação, pelo sangue derramado de Cristo.

O acento na imagem do sacrifício do Cristo, morto pelos pecados da humanidade, conforme a vontade do Pai, depois ressuscitado glorioso e poderoso, acaba ocultando o testemunho de Jesus em seu convívio com as pessoas deste mundo, em seu tempo, comunicando o amor divino e a vida plena. É importante remover as raízes de uma igreja imperial que bebe sua seiva nas profundezas da antiga teologia imperial messiânica davídica, com sua ideologia de poder, riqueza e glória, violência, dominação e submissão.

A teologia escolástica, ocultando a dimensão messiânica davídica do título “cristo”, com sua carga de poder e violência, retém apenas o seu caráter de “filho de Deus”, que, como vimos acima, foi atribuído à dinastia davídica. Santo Tomás de Aquino, na Suma Teológica, Terceira Parte, questão XVII, no corpo do artigo 1 – “Se Cristo é um ou dois” – afirma: “dizemos, pois, que ‘Filho de Deus’, que está implícito neste nome ‘Cristo’, é de natureza divina e é Deus... além disso, a condição humana, que é expressa pelo nome ‘homem’, é também expressa pelo nome ‘Jesus’...”. Em decorrência, estabeleceu-se na tradição cristã, a partir da geração divina de Jesus, o silogismo: se Jesus é Filho de Deus, então Jesus é Cristo.

Ao atribuir a Jesus o título de “cristo” estamos reproduzindo a doutrina messiânica davídica da “volta” do rei poderoso e justiceiro, na glória celestial, que extermina os inimigos do “povo eleito” e os infiéis dentro deste próprio povo, como, por exemplo, aconteceu com Coré, Datã, e Abiram, por terem se rebelado contra Moisés: “e a terra abriu a sua boca e os tragou com as suas casas..., e eles e tudo o que era seu desceram vivos ao sepulcro, e a terra os cobriu, e pereceram do meio da congregação... então, saiu fogo do Senhor e consumiu os duzentos e cinquenta homens que ofereciam o incenso” (Nm 16,35).

O tradicional messias davídico esperado traz consigo toda a carga de poder e violência dominadora, com um misto de libertação, violência, poder, e opressão, com o respaldo divino, presente nos textos do Antigo Testamento. Os representantes executivos deste “cristo” participam de seu poder e de seu julgamento punitivo.

Pode-se supor que Marcos, percebendo a ausência das memórias de Jesus no anúncio pós-pascal de Paulo, que se difundia amplamente a partir das comunidades paulinas, achou importante resgatá-las, redigindo seu evangelho na segunda metade da década de 60, após a prisão e morte de Paulo. O evangelho de Marcos segue a trajetória delineada em At 1,21-22: testemunhar Jesus em sua vida, “a começar do batismo de João até o dia em que dentre nós foi arrebatado”. É este o fio condutor do evangelho. Marcos inicia seu evangelho com a proclamação de João Batista e termina com o breve anúncio do anjo de que Jesus “levantou-se” (*égerthê*, traduzido por “ressuscitou”), completando com o envio dos discípulos e Pedro de retorno à Galileia, para o reencontro com Jesus e a retomada da missão. Em seu evangelho, Marcos é pródigo em apresentar as censuras de Jesus aos discípulos que estavam influenciados pela doutrina cristológica, segundo a qual Jesus é o messias esperado, cristo, ao qual está reservado o poder e a glória na terra e nos céus.

Para reavivar uma fé jovial, algumas questões tradicionais podem ser reavaliadas

A tradição de “eleição”, “povo eleito”, está na raiz de uma ideologia religiosa de poder, dominação, e violência. Neste sentido o Antigo Testamento apresenta o patriarca Abraão, ao qual é dada a ordem divina de sacrificar seu próprio filho e, ao pô-la em prática, é recompensado por sua “obediência” com a promessa de descendência numerosa, um “povo eleito” e uma “terra prometida”, que é ocupada com extrema violência, com o extermínio dos povos que nela habitavam. A confirmação desta eleição acontece no episódio do Êxodo, ponto de partida para a ocupação da terra prometida, quando o povo egípcio, também oprimido pelo faraó, é sacrificado com a morte de seus primogênitos e, também, pela agressão à própria natureza, rios, pragas, animais. O privilégio dos eleitos se manifesta, também, quando as mulheres egípcias entregam objetos de prata, objetos de ouro

e roupas às mulheres hebreias (Ex 3,21s; 11,2; 12,35-36). O Êxodo, que é um fundamento da teologia de eleição, foi assumido como paradigma pela teologia da libertação. Contudo a intervenção da divindade é decididamente a favor dos eleitos, com violência praticada sobre os demais oprimidos, até considerados inimigos destes eleitos, o que revela como imprópria a opção por tal paradigma.

Após a saída do Egito, o povo é conduzido por Moisés no deserto em direção à terra prometida. Por ocasião da aliança, no Sinai, Iahweh diz a Moisés:

Se ouvirdes a minha voz e guardardes minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque toda a terra é minha (Ex 19,5) ...Eis que eu envio um anjo diante de ti, para que te guarde neste caminho e te leve ao lugar que tenho preparado para ti. Respeita sua presença e ouve a sua voz, e não lhe sejas rebelde, porque não perdoará a vossa transgressão, pois nele está o meu nome. Mas, se fielmente ouvires a sua voz e fizeres tudo o que eu te disser, então serei inimigo dos teus inimigos e adversário dos teus adversários. Porque o meu Anjo irá diante de ti e te levará aos amorreus, e aos heteus, e aos ferezeus, e aos cananeus, e aos heveus, e aos jebuseus, e eu os exterminarei (Ex 23,20-23).

A eleição divina de um povo está associada à discriminação e exclusão do diferente, bem como está associada à vocação ao poder e, em consequência, à ambição do dinheiro. À exclusão associa-se a violência, pois o diferente é visto como uma ameaça à identidade pessoal e é tido como “inimigo” que deve ser exterminado. Na tradição do Antigo Testamento, nas guerras, Israel, ao vencer uma batalha, devia praticar o “anátema”, isto é, matar os inimigos, inclusive mulheres, crianças, e idosos entre eles, como oferta sagrada à divindade. A qualificação de “eleito”, com sua aspiração ao poder, leva à disputa com outros poderes, que passam a ser inimigos. Nos salmos o “inimigo” é mencionado em 86 versículos, distribuídos em 51 salmos. O tema da “eleição”, característico do Antigo Testamento, está na raiz da violência original. Hoje, em um mundo pluralista em valores, culturas e religiões, descartando-se a condição de “eleito”, busca-se a fraternidade universal, no direito, na justiça e na paz.

No interessante livro “A Bíblia pós-moderna – Bíblia e Cultura Coletiva”² temos uma referência ao autor Robert Allen Warrior, o qual concentra a atenção nas passagens bíblicas que enfatizam o Iahweh guerreiro e libertador que destruirá os cananeus e todos os outros povos indígenas. Ele compara a ocupação de Canaã pelos israelitas com a ocupação das Américas pelos europeus cristãos, exterminando as populações indígenas nativas e ocupando suas terras, acobertados pelos religiosos que pretendiam estar agindo em nome de Deus. Tal prática caracteriza a opressão dos dominadores em nome de Deus.

2. VV.AA. *A Bíblia pós-moderna – Bíblia e cultura coletiva*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 285.

Neste mesmo livro³, temos a referência a Joanne Brown e Rebecca Parker que afirmam que, “se aceitamos a visão de que a cruz fazia parte do plano divino de Deus, então Deus é uma divindade sádica”. E concluem:

“O cristianismo é teologia abusiva que glorifica o sofrimento. É de admirar que haja tanto abuso na sociedade moderna quando a imagem predominante ou a teologia da cultura é de ‘abuso do filho divino’ – Deus Pai exigindo e levando a cabo o sofrimento e morte de seu próprio filho? Para o cristianismo ser libertador para os oprimidos, ele próprio deve ser libertado dessa teologia. Tal interpretação dada à morte de Jesus na cruz desvia a atenção das opressões reais sobre homens e mulheres.”

Jesus em nossa vida, uma visão jovial, esperança para todos

Jesus não deixou uma lembrança/memória/autobiografia por escrito porque ele não é coisa do passado, mas está presente entre nós, hoje. Cabe a nós reconhecê-lo. Nos evangelhos podemos vislumbrar a face de Jesus, não como em uma biografia, embora os seus textos assim aparentem. Podemos perceber na prática e nos ensinamentos de Jesus, particularmente nas bem-aventuranças, orientações, para um bom viver, fraterno, pacífico, amoroso. E é na atualidade desta prática amorosa que encontramos Jesus e vivemos em comunhão com o Pai.

Podemos contemplar Jesus convivendo, na simplicidade, no meio do povo, ensinando, dialogando, tocando e deixando-se tocar. As narrativas de suas curas são indicativas de sua prática libertadora. No início de seu ministério, conforme a narrativa do evangelho de Lucas, Jesus assume a missão libertadora narrada no livro do profeta Isaías, para ser “luz das nações, a fim de abrir os olhos aos cegos, a fim de soltar do cárcere os presos, e da prisão os que habitam nas trevas” (Is 42,6s; Lc 7,22). O significado das narrativas de curas de Jesus fica bem claro na passagem em que Jesus reenvia de volta os discípulos de João Batista, com o recado: “Ide e anunciai a João as coisas que ouvís e vedes: os cegos veem, e os coxos andam; os leprosos são limpos, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho” (Mt 11,4s). Estas narrativas de curas exprimem a prática libertadora de Jesus. No seguimento de Jesus, o empenho na libertação é para a restauração da vida, para a alegria, a partilha, o serviço e o amor que, por Jesus, com Jesus, e em Jesus, é comunhão com o próprio Deus.

A Teologia da Libertação põe em evidência como a opção preferencial pelos pobres deve ser o compromisso fundamental da Igreja. Comblin, em seu artigo “O pobre: critério para a profecia”⁴, destaca a centralidade dos pobres na prática de Jesus:

3. Idem, p. 300.

4. COMBLIN, José. O pobre: critério para a profecia. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (org.). *Opção pelos pobres no século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 195, 196, 198.

“Dentro da mensagem de Jesus e da sua obra, os pobres estão no centro. Eles ocupam o lugar de maior visibilidade. O Pai escolheu os pobres para realizar o seu Reino na terra. A criação de um mundo novo tem como centro a libertação de todos os oprimidos. Por isso Jesus busca os oprimidos e lhes anuncia com gestos e com palavras a salvação, não no céu, mas aqui na terra. O amor do Pai consiste em libertar os oprimidos. Não é um amor puramente espiritual ou interior, mas um amor prático e real dentro da vida terrestre, tal como é na sociedade atual... Por ser opção pelos pobres, a vida de Jesus foi eminentemente conflitiva. Depois de pouco tempo já começou o conflito com as elites de Israel. Depois de mais ou menos três anos, segundo a maior probabilidade, o conflito tornou-se tão agudo que Jesus foi denunciado e condenado por todas essas elites do seu povo e pelo Império Romano... O conflito básico era, como ainda é, o conflito entre os ricos e os pobres. Os ricos são os que têm poder, os que podem impor a sua vontade aos outros. Graças ao seu poder, concentram nas suas mãos as riquezas, o prestígio, os privilégios. Submetem os pobres, que devem trabalhar para eles por um salário miserável, o que os mantém num estado permanente de dependência e de humilhação. Os pobres são os que não têm poder, por isso vivem das migalhas que lhes deixam os ricos e devem trabalhar a serviço deles. No tempo de Jesus, a divisão era muito clara. No sistema religioso de Israel, a opressão dos pobres justificava-se por razões religiosas. Os pobres eram ignorantes das leis, quem não observava, eram pecadores, e os poderosos nunca eram pecadores. A humanidade está numa situação de luta. Quem começa e continua a luta são os poderosos, porque querem dominar os pobres. Para Jesus, o Reino de Deus seria a inversão da situação social estabelecida. Seria o advento de um novo modelo de sociedade. Os ricos seriam rebaixados e os pobres, promovidos; e haveria um mundo novo de justiça e de compaixão, assim como tinham anunciado os profetas. Todas as elites privilegiadas entenderam muito bem a mensagem”.

A grande novidade que nos rejuvenesce é a presença de Jesus em nossas vidas, na simplicidade, na humildade, na fragilidade, muito semelhante a nós e ao nosso próximo, principalmente os mais excluídos e empobrecidos. Viver na simplicidade e no despojamento, dedicado ao serviço da vida, servindo aos mais necessitados e carentes. Comunhão de vida com os excluídos, tanto nas relações pessoais, como nas relações sociais; a esmola como partilha e a política como transformação social, na construção de um mundo de fraternidade e justiça. Os bens da criação são para todos, e não podem ser retidos por alguns ambiciosos, que os acumulam na injustiça; a partilha dos bens é uma questão social e política. A salvação, o Reino de Deus, deve realizar-se neste mundo por atos de amor e de justiça.

Na individualidade de Jesus é assumida toda a humanidade, toda a natureza e o cosmos. Jesus é a nova criatura, pelo qual todo o mundo é renovado. Todos

os valores humanos são assumidos e eternizados em Jesus. Em Jesus brilha a luz da aurora de um mundo novo. É a luz da vida divina que se comunica a homens e mulheres no amor e na misericórdia. É a luz que dissipa as trevas dos poderosos que com seus projetos ambiciosos e seu mercado macabro são executivos da fome e da guerra e fabricam a morte.

Em Jesus, Deus revela que a dignidade da humanidade não está nos tradicionais valores de poder e sucesso, mas no amor que se doa e comunica vida. Em Jesus se realiza o projeto de Deus de comunicar sua vida divina e eterna às suas criaturas, homem e mulher, transformando o mundo pelo amor, praticado na vida comum do dia a dia, trazendo a paz e a vida plena para todos. Fica assim, em evidência, que a encarnação é o acontecimento salvífico, pelo qual, Deus fazendo-se humano, a humanidade é assumida na condição divina e eterna.

A adesão ao amor de Jesus supõe a renúncia aos projetos de realização pessoal segundo os critérios comuns da sociedade iludida pelas ofertas de sucesso propostas pelos poderosos deste mundo que a exploram. Os critérios de valor, a partir da ótica do amor de Deus, são incompatíveis com os critérios do mundo de privilégios, riqueza, e poder. Em oposição à ambição do poder, Jesus vem dar o testemunho e a todos conquistar para uma prática de vida amorosa, de serviço e fraternidade, tendo como objetivo o pleno desabrochar da vida.

O amor vivificante acolhe a todos, unidos por laços de igualdade e fraternidade. É o amor que quer libertar o opressor de sua ideologia de dominação, e quer libertar o oprimido de sua exclusão. Seguir a Jesus é servir, como ele nos serviu. No serviço aos empobrecidos e excluídos, aos famintos, sem teto, doentes, desempregados, presos, estamos servindo o próprio Jesus.

Para os discípulos fixados em um messianismo glorioso de Jesus, aquele Jesus, manso e humilde de coração na terra passa a ser um poderoso rei no céu. É necessário desfazer-se desta falsa visão, para a verdadeira compreensão de Jesus, simples e humilde, vulnerável à morte, chamando todos à participação na sua vida divina e eterna.

A revelação do Reino provoca uma subversão de valores no mundo. Os valores de poder e dinheiro são rejeitados, vigorando agora, como valores supremos, o amor, a liberdade, a vida e a paz. O conhecer a Deus é aderir e ter a experiência destes valores. Aos pobres e pequeninos, não apegados às riquezas, é dado o conhecimento de Deus. A revelação de Jesus é para todos que, no mundo, têm fome e sede de justiça, e são solidários com os pobres, pequeninos e excluídos. Somos chamados à comunhão de vida com Deus no seguimento de Jesus em sua prática libertadora, amorosa e vivificante, pois ele é o Filho único que a todos dá a vida eterna.

Em Jesus acontece a infinita encarnação do amor. É o amor que se manifesta na promoção da vida, na justiça, na partilha dos bens e distribuição das riquezas

acumuladas, no resgate da dignidade humana, na superação de toda exclusão, carência, pobreza e miséria.

“Deus é amor: aquele que permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele” (1Jo 4,16).

“Se não vos fizerdes como crianças/jovens, de modo algum entrareis no Reino dos Céus” (Mt 18,3).

Em Jesus, humano, divino, e eterno, a revelação: olhem em mim o que vocês são.

Bibliografia

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *The Bible unearthed*. New York: Touchstone, 2002. (*E a Bíblia não tinha razão*. São Paulo: Girafa, 2003; edição esgotada).

GARAUDY, Roger. *Deus é necessário?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

GARBINI, Giovanni. *History and ideology in ancient Israel*. London: SCM Press Ltd, 1997.

LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia – História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVA, José Raimundo. Do Cristo a Jesus de Nazaré – Batismo e cidadania. In *Estudos Bíblicos*, n. 79, p. 88-100. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (org.). *Opção pelos pobres no século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2011.

RICHARD, Pablo. *O movimento de Jesus depois da ressurreição. Uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1999.

VV.AA. *A Bíblia pós-moderna – Bíblia e cultura coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VV.AA.; GUNDRY, Stanley (org.). *Deus mandou matar? 4 pontos de vista sobre o genocídio cananeu*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2006.

VV. AA.; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Opção pelos pobres no século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2011.

VV.AA.; VIGIL, José Maria (org.). *Descer da cruz os pobres: cristologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007.